

I Encontro da ASPI-UFF e da FENAFE

Políticas públicas para o aposentado. Projetos em andamento no Congresso Nacional

Dando prosseguimento às atividades da manhã do dia 17.7.02, a Prof^ª. Ismênia convidou para fazerem parte da mesa a Prof^ª. Doutora Vilma Duarte Câmara, coordenadora do Programa Interdisciplinar de Geriatria e Gerontologia da UFF e presidente do Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Rio de Janeiro, que substituirá na mesa-redonda com o tema Direitos e Cidadania a Dr^ª. Neidil Espínola da Costa – secretária-executiva do Conselho Nacional do Idoso, impedida de comparecer, e a Sr^ª. Maria Machado Cota, vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados – COBAP e membro da Rede Ibero-Americana de Associações de Adultos Maiores.

No início dos trabalhos, a Prof^ª. Ismênia deu notícia da impossibilidade do comparecimento do deputado Miro Teixeira, devido a um motivo de última hora. Lembrou que ele tem sido um deputado atuante, inclusive nas questões do interesse dos idosos, e ia nos relatar os projetos em andamento no Congresso; procuraremos sanar esta lacuna, pelo menos em parte, com informações nos Grupos de Trabalho.

O Pronunciamento sobre Direitos e Cidadania

Dando início a seu pronunciamento, a Prof^ª. Vilma Câmara falou da satisfação de estar substituindo a Dr^ª. Neidil Espínola, sua amiga pessoal; ela foi, durante muito tempo, coordenadora do Programa do Idoso no Ministério da Saúde, onde trabalharam juntas em questões relacionadas com a política nacional do idoso. Hoje ela está como coordenadora do “segmento idoso” no Ministério da Justiça, o que é muito importante para nossa causa, no momento.

Dr^ª. Neidil me solicitou que fossem feitas algumas referências à estrutura do Ministro da Justiça, com objetivo de se esclarecer a forma com que as questões do idoso se inserem agora nessa estrutura. O Ministério tem uma Secretaria de Estado que trata dos Direitos Humanos e ligadas a ela, órgãos que cuidam da criança e do adolescente, da reinserção do adolescente que tem conflito com a lei, dos portadores de deficiência, do gerenciamento de promoção dos direitos humanos e gerenciamento de pessoas vitimadas pela violência. Vejam que não havia o item idoso, o segmento idoso está sendo inserido agora devido a gestões da Dr^ª. Neidil como coordenadora do segmento idoso no Ministério.

A estratégia que pretendo usar nesta manhã para abordar o tema “Direitos e Cidadania do Aposentado” tem por base a atuação dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal do Idoso, previstos na Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e no Estatuto do Idoso, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

(Continua na página 3)

**Publicação do Departamento
de Difusão Cultural da Associação
dos Professores Inativos
da Universidade Federal Fluminense**

Jornalista responsável:

Neusa Pinto - Reg. MTPS nº 12.255

Equipe de redação:

Ceres Marques de Moraes,
Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto

Data de fundação da ASPI-UFF:

14 de julho de 1992.

Sede:

Rua Passo da Pátria, 19 - São Domingos,
Niterói, RJ - CEP 24210-240

Tel.: (21) 2622-9199

Telefax: (21) 2622-1675

E-mail: aspiuff@urbi.com.br

Site: www.urbi.com.br/users/aspiuff

Diretoria Biênio 2000/2002

Presidente:

Aidyl de Carvalho Preis

1º Vice-Presidente:

Joaquim Cardoso Lemos

2ª Vice-Presidente:

Emília de Jesus Ferreira

1ª Secretária:

Magaly Lucinda Belchior da Mota

2ª Secretária:

Léa Souza Della Nina

1ª Tesoureira:

Maria de Lourdes Caliman

2ª Tesoureira:

Ruth Alaiz

Conselho Deliberativo (membros efetivos):

Salvador Alves Pereira – Presidente

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Vice-Presidente

Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Carlina Cabral Relvas – 2ª Secretária

Acrísio Ramos Scorzelli

Erasto de Carvalho Prestes

Isar Trajano da Costa

Hilda Faria

Júlia Arhontaki

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

Conselho Fiscal (membros efetivos):

Eduardo Pedreira de Cerqueira – Presidente

Nésio Brasil Alcântara – Vice-Presidente

Amanda Celeste Pimentel – Secretária

Antônia Vasconcelos Dias de Azevedo

Maria Therezinha A. Lyra

Departamento de Saúde:

equipe constituída pelas Prof^{as}:

Maísa F. de C. Araújo, Vera B. S. Lemos,

Maria Cândida A. Domingues

Departamento de Assuntos Acadêmicos:

Sonia Maria Silva

Departamento de Direitos:

Jorge Fernando Loretti

Departamento de Difusão Cultural:

Ceres Marques de Moraes

Departamento de Integração Comunitária:

Lúcia Molina Trajano da Costa

Departamento de Lazer e Promoção Social:

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza Della Nina

Projeto Gráfico:

Cecília Jucá de Hollanda

Revisão:

Damião Nascimento

Fotografias:

Maurício Scerni

Serviços Gráficos

Gráfica Falcão

Na edição de agosto começamos a noticiar o que foi o I Encontro da ASPI-UFF e da FENAFE. No presente número estamos dando seqüência ao relato das mesas-redondas e do painel realizados na oportunidade, e apresentando matérias ligadas ao importante momento político que estamos vivendo...

A Prof^a. Aidyl de Carvalho Preis fazendo seu pronunciamento na mesa-redonda do dia 18/7/02



Foto: Maurício Scerni

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A presidente da ASPI-UFF, no uso de suas atribuições, convoca a Assembléia Geral que será realizada no dia 13 de novembro às 15 horas, na rua Passo da Pátria, 19, São Domingos - Niterói - RJ, nos termos do Art. 25, item I e II do Estatuto em vigor e da Resolução nº 11/1999, do Conselho Deliberativo, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tomar conhecimento do Relatório da Diretoria Executiva de suas atividades administrativas e de suas realizações;
2. Homologar o Relatório da Comissão Eleitoral.
3. Outros.

Aidyl de Carvalho Preis – Presidente da ASPI-UFF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições, convoca os associados e pensionistas para participarem das eleições para a Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal (Biênio 2002-2004), da ASPI-UFF, que serão realizadas em sua sede, na rua Passo da Pátria, 19 – São Domingos – Niterói – RJ, de acordo com o que estabeleceu a Seção VII e seus artigos 53 a 60 e a Resolução nº 05/00 do Conselho Deliberativo (art. 2º e 3º), conforme calendário abaixo:

Registro de Chapas: Outubro – de 1 a 17, de 9h às 17h

Eleição – Novembro – Dia 12, das 9 às 17h

Dia 13, das 9 às 13h

Niterói, 25 de setembro de 2002.

Prof. José Lisboa Mendes Moreira – Presidente da Comissão Eleitoral

I Encontro da ASPI-UFF e da FENAFE... (continuação da 1ª página)

A propósito, faço questão de registrar que a cidade de Niterói é privilegiada em relação a medidas voltadas para o idoso. Foi o primeiro município a criar uma lei municipal do idoso, a implantar o Conselho Municipal do Idoso, o Fórum da política municipal do idoso, normas das casas gerontológicas e no momento tem um prefeito que prioriza o segmento dos idosos.

Mas antes de falar sobre os textos legais referidos, desejo fazer dois comentários, que considero do maior interesse: sobre os nossos aposentados e sobre o aumento vertiginoso da população idosa, nos últimos anos.

Durante esta manhã, muito já foi dito sobre o aposentado brasileiro. Ele é o aposentado não de um país subdesenvolvido, mas de um país com diferenças sociais terríveis, um país em falência, onde ser aposentado, em geral, é ser um excluído, um condenado a não receber a maior parte do que precisa para suprir suas necessidades básicas.

Já há alguns anos a UNESCO publicou um estudo sobre o crescimento acelerado da população idosa, até 2025, procurando advertir os governos sobre as providências que deveriam ser planejadas para se enfrentar essa nova realidade na distribuição da população mundial nas diferentes faixas etárias.

Para nós, brasileiros, a conjunção desses fatores, isto é, a péssima distribuição de renda entre jovens e idosos e o crescimento acentuado de idosos pobres, fazem com que as medidas a serem tomadas para minorar a problemática dos idosos de hoje e de amanhã sejam consideradas seriamente, necessitando que o poder público e a iniciativa privada se unam para enfrentá-la.

Por outro lado, já estamos vendo surgir iniciativas para tentar evitar o agigantamento dessa crise. São pessoas físicas e jurídicas, numerosas, que já estão emprestando sua

Profª Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama ao piano. Foto Léa Della Nina



colaboração para que essas pessoas idosas tenham ainda oportunidade de participar da transformação de um rico potencial que ainda existe dentro delas de forma muitas vezes desconhecida. Isto fará certamente que o futuro de cada uma seja bem menos difícil que hoje.

Vamos abordar agora algumas questões relativas ao Conselho Nacional do Idoso. Ele foi previsto na Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso. Ele só foi implantado, entretanto, em maio de 2002, por gestão da Dr.^a Neidil, no Ministério da Justiça, com o nome de Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. A forma com que ele foi implantado (baseada no Decreto 4.224, de 13.5.02) gerou muitos desentendimentos entre os conselhos estaduais e municipais, por diversas razões: esperava-se que a divisão entre os membros governamentais e não-governamentais fosse paritária e no entanto não foi; que o Conselho fosse deliberativo e, no entanto, não foi; que a prerrogativa da indicação do presidente do Conselho fosse de seus pares, o que não ocorreu.



Apresentação do Grupo de Teatro. Foto Léa Della Nina

Por ocasião do Congresso de Geriatria e Gerontologia, em 19 de junho último, realizou-se paralelamente uma reunião com a presença de representantes do Ministério da Justiça e a Dr.^a Neidil, para discutir pontos de divergência do citado decreto. Ele foi inteiramente reescrito por insistência do grupo presente, que teve aceitas e encaminhadas as modificações que se faziam necessárias.

O último item que vou abordar em minha fala é o famoso Estatuto do Idoso. Vejam, sai uma lei praticamente perfeita (a relativa à Política Nacional do Idoso) mas o deputado Paulo Paim propõe a criação do Estatuto com o seguinte raciocínio: “o estatuto fortalecerá e agilizará melhor a lei”.

Ele foi proposto em 1997, sofreu uma série de emendas que o deturparam inteiramente, e em maio de 2001 foi constituída uma comissão para apreciar o projeto que estava todo errado. Ele foi, então, bastante aperfeiçoado. Um avanço foi a explicitação da legitimidade do Ministério Público na política nacional do idoso; isso fortaleceu o projeto, porque se precisa do MP, se precisa da delegacia, porque senão não conseguimos trabalhar o desrespeito na cidadania do idoso e a violência contra o idoso. Outra coisa muito importante que se



A aspiana Maria Lontra do Nascimento se apresentando. Foto Léa Della Nina

ganhou foi a criminalização do preconceito e outras condutas ofensivas ao bem-estar e a dignidade do idoso; vai ser preso quem atrapalhar a dignidade do idoso.

Esse Estatuto contém a carta dos direitos do idoso e está no momento na Câmara de Deputados, em fase bem adiantada de discussões.

No Estatuto estão presentes políticas referentes à proteção dos direitos básicos do idoso, como saúde, educação, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, acesso à justiça, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Eu queria terminar com uma frase de Fernando Pessoa, que diz o seguinte:

“NÃO SOU NADA, NUNCA SEREI NADA, NÃO POSSO QUERER NADA. A PARTE DISSO, TENHO EM MIM TODOS OS SONHOS DO MUNDO.”

Então, sonhar é um direito que todos nós temos, sonhar é um processo que nos faz criar, só cria quem sonha.

Pronunciamento sobre as Conferências Mundiais sobre o Envelhecimento

Em prosseguimento, a Prof.^a Ismênia deu a palavra à Sr.^a Maria Machado Cota – vice-presidente da Confederação Brasileira de Aposentados – COBAP e membro da Rede Ibero-Americana de Associações de Adultos Maiores.

Depois de saudar os presentes, a Sr.^a Maria Cota declarou o seguinte:

Um sonho nosso é consolidar cada vez mais aquilo que a gente tem feito. O governo tenta separar o servidor público do trabalhador da iniciativa privada, mas nós estamos contrariando esse desejo dele, quanto mais ele luta para ficarmos dissociados, mais próximos ficamos. Então, essa é uma vitória nossa que tem que ser crescente. Nós temos



Flagrante do lanche comemorativo
Foto Léa Della Nina

que estabelecer parcerias cada vez mais fortes. O governo diz que vocês são privilegiados e nós somos os penalizados. Eles fazem um jogo muito brutal de dividir a sociedade, dizer que o servidor público é um ser privilegiado, é um funcionário porque ganha como se tivesse na ativa. Mas ele esquece de falar a outra parte da verdade, de dizer que o servidor público contribui sobre o que ele ganha e que na iniciativa privada tem-se um teto que hoje é de mil, quinhentos e poucos reais. O pior é que até lideranças nossas acabam aderindo a esse discurso. Mas por onde eu passo, eu tenho todo cuidado de mostrar essa verdade: a de que nós temos que fazer uma reflexão sobre essa diferença na contribuição.

Me pediram para falar sobre a questão das Assembléias Mundiais sobre o envelhecimento; de onde nasceu essa idéia? Em 1982, a Europa, preocupada com a situação do envelhecimento do continente europeu, realizou a primeira assembléia mundial, mas nessa assembléia eles discutiram, basicamente, os problemas dos idosos europeus, dos idosos do primeiro mundo. Vinte anos depois, vem a preocupação geral do mundo com o envelhecimento, sobre o que fazer com os velhos. A natalidade diminuiu, as famílias ficam menores. Era preciso buscar uma saída. Então a ONU convocou a II Assembléia Mundial; essa assembléia se realizou em Madri, de 8 ao dia 12 de abril, deste ano. E houve de 20 anos para cá uma evolução muito interessante, que na primeira assembléia eles se preocupavam só com idosos europeus e nesta segunda foi com o mundo todo e houve, paralelamente a essa assembléia governamental, uma assembléia de organizações não-governamentais do dia 5 a 9 de abril. Evento a que eu estive presente.

Os objetivos desta assembléia foram buscar saídas para a questão do envelhecimento, avaliar as propostas da primeira assembléia e traçar novas metas, porque dentro de 25 anos nós seremos o sexto país mais envelhecido do mundo. Lamentavelmente não tivemos no Brasil nenhuma preparação para ir a esta assembléia. A preparação que eu tive foi a participação em eventos da rede ibero-americana. Lamentavelmente, a Secretaria de Estado, que era responsável para convocar os brasileiros para participarem deste evento, não convocou ninguém. Em Minas Gerais, os conselhos municipal e estadual do idoso, a delegacia do idoso e a promotoria do idoso

foram informados por mim. E eu trabalho por minha conta, não tenho assessoria para fazer isso, não tenho ninguém que banque meu telefone e minha correspondência. Nos lugares em que eu tive oportunidade, fui falando, mas a gente é muito pequena para fazer este trabalho; mesmo assim eu sou insistente, sou daquelas que insiste, persiste, resiste, mas não desiste. Então tivemos na preparação da Assembléia mundial uma reunião na Nicarágua, em outubro de 2000. Em junho do ano passado, teve uma assembléia intergovernamental ibero-americana de cooperação técnica em Portugal e eu fui convidada para falar sobre a situação do idoso no Brasil. De modo geral, o idoso não tem absolutamente nada, não tem nem o respeito das pessoas. Teve essa sexta conferência governamental em junho e em novembro teve uma reunião em Santa Cruz de la Sierra onde preparamos um documento; foram convidados não só organizações governamentais como organizações não-governamentais. Mas isto não foi passado para ninguém. Então nós fomos convocados para estar como membros da comissão permanente da rede ibero-americana.



Profª Ruth Alaiz ao piano. Foto Léa Della Nina

Foi um evento extremamente rico. Lá se discutiram os mais variados temas como saúde, lazer, segurança econômica, participação política, idoso como sujeito de processo, que foi uma questão muito importante porque todos os países se queixam que as pessoas fazem as coisas para o idoso e não fazem com o idoso. Ele não participa. Ele é, como foi colocado aqui pela professora Ismênia, infantilizado, ele é o coitadinho, tem que ser conduzido pela mão como se não soubesse pensar. Ao invés de chamar o idoso e perguntar o que ele quer. Por exemplo, eu sou enfermeira e nós, que temos uma formação técnica, corremos o risco de pensar pelos outros ao invés de pensar com os outros. Nós pegamos as



A Profª Maria Auxiliadora e o Coral Cantar é Viver
Foto Léa Della Nina

migalhas do poder público e enganamos os idosos nos seus direitos. Por isso é muito importante fazer uma reflexão. Às vezes eu me sinto um pouco dúbia porque eu falo como técnica e também como pessoa que viveu precocemente a problemática do idoso porque eu me aposentei muito jovem e não tive acesso aos benefícios que o idoso tem.

Voltando à assembléia e aos temas discutidos, se discutiu o envelhecimento ativo, as implicações no processo de envelhecimento como estratégia de erradicação da pobreza. As pessoas idosas podem ser úteis para a sociedade. Principalmente para erradicar a pobreza, pois nós podemos trabalhar.

Discutiu-se também o idoso como instrumento de cultura. Eu penso que o Brasil não se pode dar ao luxo de jogar no lixo saberes construídos ao longo de uma vida. De jogar no lixo bibliotecas humanas (aplausos). E todos nós que tivemos acesso a uma escola, que tivemos acesso a um trabalho nós construímos, nós nos tornamos essa biblioteca. E o Brasil não pode se dar ao luxo, um país que tem tantos analfabetos, principalmente analfabetos políticos, temos que usar este potencial. A professora Ismênia colocou uma coisa que eu tenho observado ao longo da minha vida, não com a visão acadêmica, mas com a visão de quem está observando, é que a qualidade de vida das pessoas que estão envolvidas num movimento social qualquer, ela é infinitamente superior à das pessoas aposentadas de fato e de direito. Eu vou dar um testemunho para vocês. No dia 20 de janeiro eu tive uma isquemia cerebral e se eu não estivesse envolvida nesse processo, com certeza eu ainda não teria me recuperado. Em um mês depois, eu estava em plena forma para desenvolver minhas atividades e tinha ficado com o lado esquerdo paralisado, a fala desarticulada, eu não conseguia expressar meu pensamento.

Outra coisa que foi discutida e que foi terrivelmente rechaçada foi a questão do trabalho, porque se a gente aceitar que o idoso deve trabalhar indefinidamente, eles vão obrigar a pessoa a trabalhar indefinidamente. O trabalho deve ser uma opção pessoal. Ela vai trabalhar um tempo para contribuir para a sociedade, mas quando ela se aposenta, ela pode canalizar toda sua energia para esse trabalho e aí vai ser uma pessoa extremamente produtiva para o país.

Discutiu-se também os idosos como agentes de mudança e desenvolvimento,

participação no direito dos idosos e na relação intergeracional como família, comunidade e entre outros idosos. Bem como, o desenvolvimento urbano, moradia, ecologia. Foi um evento extremamente rico. Eu só lamentei que tínhamos em cada horário 16 palestras e eu só podia participar de uma. Eu lamento a falta de organização do grupo brasileiro, não tivemos um momento para estabelecer uma forma de trabalho e atuação. Por isso nós perdemos muito. Já os outros países estavam muito bem articulados. Mesmo assim, eu, juntamente com a Maria José que fez a proposta e encaminhou para a ONG, sugerimos a criação de um organismo internacional onde pudesse receber denúncias da violência do Estado contra o cidadão porque quando a família faz uma violência contra o idoso ele vai na delegacia, na defensoria, vai na promotoria do idoso ou no conselho do idoso, mas quando temos a violência do Estado encontramos empecilhos. Eles dizem que não, mas vocês já viram presidente mais violento do que este que nós temos? Ele é um cidadão idoso e não respeita o idoso.

Eu e Maria José apresentamos essa proposta e, para minha surpresa, uma pesquisadora da França fez uma palestra e eu me senti extremamente orgulhosa de ser brasileira porque tudo que ela propôs como saídas para o enfrentamento dessa situação são coisas que nós já estamos trabalhando. Nós, do movimento de aposentados, estamos trabalhando e interferindo em todos os lugares que ela colocou, como a organização do aposentado, a intervenção do aposentado em todos os espaços políticos, o aposentado na própria política brasileira, a intervenção do aposentado dentro do parlamento.

Sobre as atividades paralelas eu só participei de uma, que foi uma oficina do Banco Interamericano de Desenvolvimento. E lá o tema principal foi a segurança econômica do aposentado e do idoso. Não tem jeito de respeitar o idoso, de falar em direitos humanos, sem falar da remuneração que o indivíduo tem. Principalmente, para nós, que temos política no papel, mas, na execução, onde tem o idoso mais carente não temos isso de fato. E depois dessas duas mesas-redondas dividiram o trabalho por regiões do mundo e fomos para a reunião das Américas e eu fui bem-sucedida, acho que tive uma inspiração com a proteção de Deus. Nessa discussão foi apresentada a questão da reforma da previdência e eu fiz três

A Prof^a. Nelia Alves de Oliveira fazendo o seu pronunciamento em nome da FENAFE. Foto de Maurício Scerni



A Prof^a Maria Terezinha Areas Lyra apresentando canções francesas. Foto Léa Della Nina

propostas que foram acatadas pelo grupo e levadas à assembléia governamental. Essas propostas foram: impedir os governos de usar recursos da previdência e seguridade social para outros fins que não aqueles estabelecidos, mesmo sob alegação de pagamento da dívida externa.

A outra questão é a reforma da previdência. Não se pode fazer reforma da previdência para atrapalhar a condição de vida de quem já tem direito adquirido. Eles fazem uma reforma mais para destruir do que para melhorar as condições. Porque, para eles, o problema da previdência no Brasil somos nós, os aposentados. Quanto menos velho melhor, é um a menos. Isso é o que eles pensam. Tendo 20 milhões de aposentados no regime geral, eles já fazem uma divisão bem substancial. Quando Brito era responsável pela Previdência, eu dizia que ele era o pai dos aposentados, mas ele era a mãe dos ricos, ou seja, estávamos sempre em desvantagem. Quem tem que ter vergonha do que eu ganho não sou eu, mas quem transfere esse dinheiro porque eu não aceito que o ministro da Previdência seja nosso patrão, ele é nosso empregado. E como eu disse um dia na porta da previdência. É um empregado ruim e caro, com avaliação zero. Ele entrou pela porta dos fundos e nós pela porta da frente. Ele está ministro e nós somos aposentados, nós somos permanentes, a única coisa que nos tira daquela instituição é a morte. A mesma coisa vocês, que são funcionários do Ministério da Educação, ele pode achar qualquer coisa de vocês, mas não pode cancelar o direito de aposentadoria de vocês. Então temos que continuar brigando porque pagamos e esse deve ser o nosso papel. Estou aqui para incomodar, não para me acomodar.

A outra coisa é uma medida a médio e longo prazo. É a mudança cultural de nosso povo. Tem que ensinar a pessoa a envelhecer e não tentar ensinar depois de 25 anos de serviço. Tem que ensinar a criança a envelhecer e a lei do idoso estabelece isso. A introdução de conteúdo de ensino no ensino médio e fundamental. Como também o ensino da geriatria e gerontologia nas

universidades. Como não tem nenhum país com este tipo de coisa, foi uma contribuição que o Brasil levou para lá.

Eu tenho uma leitura do evento. Como eu disse, não houve muita coisa nova, as dificuldades são as mesmas. Como a violência da família, da sociedade, que na minha concepção é gerada pela violência do Estado. Quando o governo do Estado não dá educação, não dá trabalho, não dá alimentação, quando ele não permite a pessoa ser cidadã de fato. Aí de fato ele está gerando a violência. Como quase todos os problemas brasileiros passam pela educação, esse também passa pela educação e por que não ensinar essas crianças a plantarem a semente? É necessário a gente passar por este processo educacional, não há outra saída.

Eu tive oportunidade, no Conselho Estatal dos Adultos Maiores de Espanha, onde eles têm uma belíssima sede, funcionários, telefone, fax, computadores tudo bancado pelo Estado e nem por isso a vice-presidente, que é presidente de uma associação de aposentados, deixa de cobrar do Estado o papel dos aposentados. Essa interação foi muito boa. Um momento para buscar saídas para resolver não um problema, porque o envelhecimento não é um problema e sim um processo. É um fenômeno que a sociedade está vivendo e temos que enfrentar e buscar saídas.



O Prof. Fernando Molinos Pires Filho (vice-presidente do ANDES) no decorrer de seu pronunciamento. Foto Maurício Scerni

Outra coisa que eu pude perceber isoladamente é que no Brasil se faz bastante coisa pelo idoso, não por iniciativa do Estado, mas das pessoas. Mas está faltando a gente descer do pedestal e não nos transformar em donos dos idosos, ter mais humildade, querer passar a experiência da gente, buscar outras experiências porque tem experiências ricas no Brasil, coisas criativas. Está faltando a gente ter uma coordenação para fazermos, trocarmos as experiências internamente, possibilitar as entidades que não estão fazendo a fazerem o que outras estão fazendo e ter a postura de idoso como sujeito do processo e não como agente do processo. Ele tem que determinar o que ele quer. A vontade dele tem que permanecer. Os técnicos elaboram o que as pessoas idosos passam para conseguirmos dar uma velhice digna para as pessoas.

A mesa-redonda:aposentado; direitos e organização situação atual das lutas e conquistas

Iniciando as atividades matutinas previstas, foi dada a palavra à Dr^a. Suely Gomes Costa, para presidir essa mesa-redonda, incluída na programação do dia.

Integraram a mesa o Dr. Domingos Travesso, presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – MOSAP, a Prof^a. Nélia Alves de Oliveira – presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas das Instituições Federais de Ensino, FENAFE, o Prof. Fernando Molinos Pires Filho, 1º vice-presidente da ANDES-SN e a Prof^a. Aidyl de Carvalho Preis, presidente da ASPI. Na oportunidade, a presidente da mesa se referiu com muita propriedade aos seus integrantes, como “guerreiros, que impulsionam os movimentos sociais, que nos levam a pensar que vale a pena continuar lutando”.

O pronunciamento do presidente do MOSAP

A palavra foi dada inicialmente ao Dr. Domingos Travesso para abordar o tema “O plano de ação do Movimento dos Servidores Públicos aposentados para as eleições de 2002”

Para a execução deste Plano, disse ele, selecionamos a seguinte estratégia: constituímos um grupo de trabalho presidido pelo nosso companheiro Nício Tostes, que é presidente da Associação dos Inativos do Senado Federal e companheiros de outras entidades. Esse grupo já há algum tempo vem discutindo que tipo de orientação o MOSAP vai passar às entidades filiadas.

Está previsto e já iniciado, um encontro com os candidatos à Presidência da República, para se conhecer o que eles dizem que vão fazer, principalmente em relação aos aposentados e pensionistas, particularmente no que diz respeito aos direitos adquiridos ao longo de anos de atividades e lutas, que cada um enfrentou junto aos diferentes órgãos do serviço público federal.

Lembrou o Dr. Domingos que nas lutas que o MOSAP tem enfrentado até agora, para preservação desses direitos, não tem faltado o apoio de muitos parlamentares que ajudaram em momentos difíceis, particularmente quando eram discutidas e votadas emendas constitucionais, como as que envolveram a contribuição previdenciária para os inativos e a que tentou quebrar a paridade de vencimentos entre ativos e aposentados. É importante registrar que nessas votações nós nunca contamos com uma maioria de deputados a favor dos nossos pleitos, mas apenas um número de deputados suficiente para impedir que o ponto de vista do governo fosse vitorioso. Eu falo isso para que todos tenham consciência de que sempre fomos minoria naquela casa.

É preciso mudar este quadro com as próximas eleições, para que tenhamos melhores condições de trabalho para



Dr. Domingos Travesso, presidente do MOSAP em sua participação na mesa-redonda

continuar impedindo as investidas do governo contrárias aos interesses de aposentados e pensionistas.

Por outro lado, temos esperança no poder judiciário. Realmente podemos até solucionar problemas nossos por este caminho. Mas se o governo conseguir tirar da Constituição direitos que hoje desfrutamos, estaremos liquidados. Essa é a grande verdade.

E o que temos que fazer é tomar consciência da luta maior que teremos depois da eleição. Cada um tem que se transformar em comunicador ambulante dentro de casa, junto aos nossos familiares, quer seja na roda de amigos, quer seja no consultório médico, na farmácia, em qualquer lugar em que nos encontrarmos. Temos que usar a expressão “colocar a boca no trombone” e procurar tirar da cabeça de alguns amigos, conhecidos e parentes que podem votar nos nossos inimigos, para votarem naqueles que poderão ser nossos aliados e, principalmente, naqueles que já são nossos aliados. Nós fizemos um trabalho bem feito nesse sentido. Temos que tomar consciência desse momento decisivo, de que temos que dispor de um tempo e usar o que adquirimos ao longo de nossas vidas como a experiência e a liderança. Por mais que cada um tenha o que fazer na vida, como cuidar de filhos ou netos, temos que reservar um tempo para investirmos na defesa dos nossos direitos e essa só será bem feita se conseguirmos uma representação no Congresso. Nem digo maioria porque não tenho a ilusão de que um dia seremos maioria. Vários companheiros que estão aqui são companheiros de luta e sabem que nem o governo tem maioria. Cada vez que ele tem que discutir um assunto polêmico ele tem que noticiar, tem que publicar vantagens no Diário Oficial, ele tem que abrir o cofre. Seria uma infantilidade nossa pensarmos em maioria, mas, com certeza, precisamos reforçar o nosso time. E a chance é essa, não existe outra. Além de tentarmos o recurso do convencimento, temos

A Prof^a. Vilma Duarte Câmara falando sobre o tema “Aposentado; Direito e Cidadania”



Foto: Maurício Scerni

que tentar com que outros se transformem em multiplicadores, em comunicadores ambulantes. Alguns perguntam por que não publicamos na imprensa o que contrapomos com o que o governo fala. A resposta é que não há dinheiro. E também há censura, não publicam tudo que queremos. Nós temos entidades que estão processando órgãos de imprensa que se negaram a publicar até matéria paga. Nosso maior meio de comunicação é nossa fala, ou fazemos isso com dedicação, com garra ou, de repente, podemos ter uma grande surpresa negativa.

Nos Estados Unidos eles conseguiram se organizar e obter vantagens que jamais imaginamos. Uma situação maravilhosa. A revista *Veja* mostrou que nos EUA, na França, no Japão e na Espanha já estão acontecendo essas mesmas ameaças. Estão falando em cortar os direitos dos aposentados, em mudar a idade para receber benefícios. Eles alegam que a média de vida aumentou. Ou seja, não se pode mais viver. A matéria mostra que, em 1940, a expectativa de vida do brasileiro era de até 44 anos e que agora é de 68 anos. Tornou-se um problema o aposentado ter um melhor tratamento, boa alimentação, uma melhor qualidade de vida, aumentar seus anos de vida. Acho que os cientistas vão ter que inverter: ao invés de aumentarmos os anos de vida, vamos reduzir para não sermos responsabilizados por este tipo de coisa.

Em prosseguimento, o Dr. Domingos deu um esclarecimento sobre o que é o MOSAP e como ele se organiza. Não se trata de uma associação. Ele começou como um movimento e hoje é um instituto. Mas, na verdade, o MOSAP nada mais é do que um elo da união de todos os aposentados e pensionista de todos os segmentos: dos municípios, dos estados e da união, para que juntos, através de suas entidades, lutem por aquilo que é consensual. Hoje não há questionamentos em torno de três itens que todos querem defender. São eles: a paridade de vencimentos entre aposentados e ativos, a integralidade das pensões e a não-contribuição dos inativos para a previdência social. Para esse trabalho contamos com técnicos e auditores. Mas, em relação às discussões sobre atribuições e salários, as divergências são muito grandes. É por isso que o MOSAP optou por trabalhar com três pontos consensuais. Os demais itens específicos de cada categoria nós orientamos que se entreguem às suas entidades, aos seus dirigentes porque nós não podemos descaracterizar a entidade MOSAP.

O Dr. Domingos abordou ainda, no final do seu pronunciamento, uma crítica que alguns fazem ao MOSAP: E que nós não “fuzilamos” ninguém, nem quem vota contra nós. Os que votam a nosso favor agradecemos através de ofício ou fazemos reuniões nos estados com senadores e deputados para manifestar nossa gratidão, mas quem vota contra nós, simplesmente ignoramos, pois, muitas vezes, ainda teremos que negociar votos e o voto daquele deputado poderá ser nossa salvação. Uma regra na política é que nunca se deve fechar uma porta. Muito obrigado.

Querer é poder

Muito se tem falado nos últimos tempos sobre o déficit da Previdência Social. Da parte do governo não faltam alardes de que esse “monstro” tem adquirido proporções astronômicas. Chegam até a responsabilizá-los pela grave crise econômica e social por que passa o Brasil. Já pelo lado de estudiosos e analistas, surgem notícias de que o déficit previdenciário não existe. Estudos comprovam que há, inclusive, superávit previdenciário. Que essa história seria balela do governo para tentar explicar os desgovernos. O governo acusa de irresponsáveis quem ousa desmenti-lo. No meio dessa queda-de-braço forma-se um hiato. É onde fica a sociedade. Perdida, sem saber em que acreditar. Não por outro motivo, o Conselho de Representantes da Fenafisp aprovou para ser debatido no Confisp o tema “Desmistificando o déficit da Previdência Social”.

Mas por que desmistificar? Há realmente enganos em relação à Previdência Social no Brasil ou estamos sendo enganados e nada disso é verdade? Até onde podemos confiar nos dados oficiais e até onde podemos confiar em pesquisas de estudiosos? O que deveria ser feito para mudar a cara da Previdência Social brasileira? É chegada a hora de encontrarmos proposta para essas e tantas outras perguntas. O V Confisp será o palco para essas discussões. O debate não pode se encerrar com o fim do Confisp. Cabe a todos nós definir os rumos que a Previdência Social no Brasil deve tomar. Sem a nossa participação efetiva, as dúvidas serão freqüentes. E o que é pior: sem solução. Nós podemos mudar esse quadro. Basta querer!

Fonte: Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência – FENAFISP .

Hipertensos podem ser isentos do IR

O deputado Fetter Júnior (PPB-RS) apresentou à Câmara proposta (PL 6991/02) que estende a isenção do pagamento de Imposto de Renda já concedida aos proventos de aposentadoria ou reforma e pensão dos portadores de numerosas doenças graves, como tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla e câncer. Segundo o autor do PL, é justo que se acrescente a essa relação a hipertensão grave, por esta ser “uma doença permanente e séria”. A proposta foi anexada ao PL 4645/01, do deputado Feu Rosa (PSDB-ES), e será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação. Agência Câmara e-mail: agencia@camara.gov.br

Transferido da FRENTE INFORMA, de 26/7/2002.

Alerta

O novo acordo do FMI, assinado entre fanfarras e apresentado como a salvação do país frente a crise criada pela continuidade do próprio modelo econômico imposto pelo mesmo FMI, já apresenta suas funestas conseqüências. Primeiro, ameaça engessar um futuro governo de oposição, obrigando a manutenção de um superávit primário de 3,75% do PIB. Aparentemente para “facilitar” um novo governo, a atual administração promete medidas que atacam as vítimas de sempre: os assalariados, os funcionários públicos e os aposentados: manter o Imposto de Renda mais alto, criar um sistema de previdência complementar para os funcionários públicos e *apresentar de novo um projeto para cobrar contribuição para a previdência dos servidores inativos*. O ministro do Planejamento (*O Globo*, 8/8/02, p. 34) insiste em taxar os inativos, com o argumento de que só assim o governo poderá manter os gastos sob controle. O mais preocupante é que, encurralados, até políticos da oposição admitiram aprovar as medidas que forem necessárias para preservar o nível de arrecadação.

Nós e as Eleições

Ir às urnas este ano é uma atitude que se reveste de extrema importância para os aposentados, pensionistas e idosos de maneira geral. Mesmo que tenhamos chegado a uma idade que tal ato se revista de sacrifício ou não seja obrigatório por lei, devemos ir assim mesmo. Somos um contingente eleitoral expressivo que tem de se fazer representar, que tem que se mostrar aos políticos e candidatos. Segundo o professor Maurício de Pinho Gama, pro-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UNIRIO (“Idosos, Eleição e Futuro”, *O Globo*, 8/7/02, p. 7) o segmento social chamado idoso “começa a ser reconhecido pela indústria e pelo comércio”, ao contrário do que acontecia 40 anos atrás. Informa também que a população brasileira com mais de 60 anos somava 11 milhões em 1991(7,5%) com projeção de 32 milhões para 2025. Atualmente, o Brasil é o sexto país com maior número de idosos. Isto significa que surgiram novas demandas de assistência social e saúde, de programas que evitem a marginalidade social do idoso. Perguntamos: isto se tem traduzido em políticas públicas adequadas que beneficiem este setor da população? Essa população tem aparecido nas preocupações e plataformas dos candidatos? Ainda segundo o professor, os idosos formam um contingente razoável de eleitores. Milhões de lares têm pelo menos um idoso ou são chefiados por um idoso, que além de votar, atua como formador de opinião. A população idosa não tem ficado parada, reconhece: muitos setores têm-se

organizado, mobilizado e lutado por seus direitos. Por isso, não deixemos que outros lutem por nós ou falemos por nós; não deixemos que nossas organizações percam força ou representatividade, ou desapareçam devido à nossa ausência. A todo o momento o governo anuncia medidas que prejudicam aposentados, e pensionistas. Continuemos a nos unir. Participemos. Temos que nos fazer notar: e nossa arma é o voto.

A tarde de convivência comemorativa dos 10 anos da ASPI-UFF

Dando prosseguimento às solenidades alusivas ao décimo aniversário da Associação, foi realizada no dia 20 de agosto uma tarde de convivência com a participação dos artistas da casa.

Dando início ao evento, o Coral Cantar é Viver apresentou diversos números do seu repertório, como sempre, com muito sucesso.

As integrantes do grupo de Teatro participaram com textos belíssimos de escritores nacionais.

As Profas. Violeta Campofiorito S. Gama e Ruth Alaiz brindaram a platéia com números de música erudita ao piano.

A poesia esteve também presente nas apresentações das poetas Profª. Hilma Ranauro e Hilda Faria e do Prof. Dr. Hermínio Guasti.

A aspiana Maria Lontra do Nascimento, integrante do grupo de dança da ASPI, apresentou um texto por demais interessante extraído da obra do Frei Florêncio Almeida de Santarém, Pará, referente a festa e danças.

Diz ele que o brasileiro gosta muito de festa e talvez seja essa uma das melhores características de nosso povo. Dançar faz bem ao corpo e à mente. A vida deve ser uma festa, diz ele. Desde os tempos das cavernas os humanos descobriram isso. Os índios vivem em constante festa e com muita dança. Até Jesus, quando reuniu os Apóstolos, foi para um banquete, uma festa. E finaliza com um recado de Santo Agostinho: “Quem não souber dançar não vai gostar do céu”. Então vamos dançar, minha gente!...

Jornada da memória

“A mente que se abre a uma nova idéia, jamais volta ao tamanho normal” (Einstein)

Local: ASPI-UFF

Data: Quintas-feiras às 14h

Inscrições: Adultos de todas as idades

Preço: R\$ 60,00 (sessenta reais)

Duração / Encontros

- Seis oficinas “Memória” com intervalo de uma semana.
- Duas horas e quinze minutos cada encontro
- Participação: Máximo de 30 pessoas e mínimo de 15.

Notícia de interesse dos aspianos Idoso tem pagamento de FGTS antecipado

Brasília – A Caixa Econômica Federal antecipou para a próxima segunda-feira o início do pagamento do saldo de correção do FGTS, referente aos planos Verão (janeiro de 1989) e Collor 1 (abril de 1990), para as pessoas com mais de 70 anos. O pagamento estava previsto para o dia 10 de agosto. De acordo com a medida provisória editada em 12 de julho, esses beneficiários estão autorizados a retirar o dinheiro em parcela única e sem comprovação do direito ao saque.

O trabalhador que já completou 70 anos deve comparecer a uma agência da Caixa, 30 dias após ter realizado a adesão ao acordo do FGTS, e apresentar documento que ateste a sua idade. Depois de cinco dias úteis, poderá receber em parcela única o benefício.

A MP beneficia também aquele trabalhador que completar 70 anos até dezembro de 2003. Neste caso, poderá solicitar o saque no mês seguinte àquele em que completar aniversário. Segundo a Caixa, a previsão é de que sejam pagos R\$ 680 milhões a um total de 460 mil trabalhadores com 70 anos ou mais.

Debates

Instituto MOSAP – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas

Ao cumprimentá-lo muito cordialmente, temos a honra de dirigirmo-nos a essa prestigiosa entidade, à sua Diretoria e a todos os seus associados para, em conjunto, compartilharmos das justas e graves apreensões que pairam sobre nós, Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas, neste momento crucial das eleições de 2002.

Conforme é do conhecimento de Vossa Senhoria, por exigência do FMI está em andamento quase que diariamente, na imprensa nacional falada e escrita, uma verdadeira orquestra e campanha no sentido de jogar a opinião pública contra todos nós, de modo particular os aposentados e

pensionistas como os verdadeiros e únicos responsáveis pela falência do sistema econômico e, sobretudo, do sistema previdenciário.

É uma maneira artilosa, sórdida para tentar aprovar a Contribuição dos Inativos para a Previdência bem assim, a insistente e teimosa iniciativa do governo em quebrar a Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas, nos termos da atual Constituição Federal.

Em razão dessa desproporcional e ferrenha orquestração, conclamamos esta entidade a permanecer firme na luta junto ao Instituto MOSAP, e ainda, a estimular outras entidades que, porventura, ainda não estejam filiadas ao

Instituto MOSAP venham reforçar nossa luta, seja na condição de entidade mantenedora, contribuinte ou colaboradora e até mesmo como simples participante.

Para conhecimento, estamos anexoando xerocópias de artigos publicados nos jornais que bem dizem da orquestração acima referida.

O nosso sucesso depende da união de todos.

Domingos F. Travesso

presidente

Edison G. Haubert

vice-presidente

Aniversariantes do Mês



Setembro

Parabéns!

- 1 Bernardino Alves de Souza Netto
Pedro Freire Ribeiro
- 2 Maria Felisberta Baptista da Trindade
- 3 Vilma Simões Amaral
Rene Ildeu Valeriano Alves
- 5 Carlina Cabral Relvas
- 6 Maria Carneiro Tristão da Costa
Soares
Maria Lucia Fiori Bakr Alves Pereira
- 7 Angelika Gross
Milton de Camargo Fernandes
- 9 Marcia Simão Linhares Barreto
- 10 Vilma Sant'anna Areas
Elmo Rampini de Souza
Nilda Guimarães Alves Vargas Netto

- 11 Walmirio Eronides de Macedo
Suely Gomes Costa
- 12 Celso de Araújo
- 14 Altair de Oliveira Lessa
Regina de Vasconcellos Almeida
- 15 Jamile Esper Saud
- 17 Nordia de Luna Freire
- 18 Ramil Sinder
Nilda de Oliveira Ney de V. Cruz
- 20 Otto Almeida de Oliveira
Maria Lúcia Vilella Tavares
- 21 Sônia Kelly de Mattos
Teresinha Pinheiro Lacerda
- 22 Emília de Jesus Ferreiro
Fernando Barreto
Geraldo Mercon
- 23 Eneida Fortuna Barros

- Dario de Souza Castello
Luiza Frazão Souza
Isar Trajano da Costa
Gylce de Lourdes de Almeida
Santiago
- 24 Maria Morais Menezes
Terezinha Abud
Lincoln Monteiro Rodrigues
- 26 Maria Helena Bittencourt Sampaio
Nelza Oliveira de Araújo
Alayde Vieira de Saldanha Campos
Lecy Maria Caldas Torres
- 27 Celi Costa Ribeiro
- 28 Alda Teresa Torres Teixeira Pinto
- 29 Miguel Ongorato
- 30 Helter Jeronymo Luiz Barcellos
Luiz José Martins Romeo Filho